

Moção de Repúdio: Contra o Desmonte do Serviço Público e a Privatização da Água em Sergipe

Os delegados da **17ª Plenária Estadual da CUT-SE** vêm a público manifestar seu **veemente repúdio** ao processo de privatização que avança em Sergipe, com a lamentável convivência dos poderes Legislativo e Judiciário.

A Água: De Direito Essencial a Mercadoria Lucrativa

Sob a falsa promessa de modernização e melhoria de investimentos, o governo Mitidieri entregou a nossa água ao capital privado. Agora, estamos reféns da **Iguá Saneamento**, uma empresa que visa unicamente o lucro. É inaceitável que, desde a privatização, nenhum investimento relevante tenha sido efetivamente realizado. As obras que a Iguá se vangloria já estavam, em grande parte, orçadas e iniciadas pela Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso).

A Deso, sobre carregada com a parte mais custosa do serviço, como captação e tratamento, está impedida de investir, enquanto a Iguá capitaliza sobre os ombros dos sergipanos. As perspectivas são sombrias: um aumento nas tarifas e nenhuma melhoria substancial na qualidade do serviço.

O Custo Social e Econômico da Privatização

A promessa de geração de 7 mil empregos é uma falácia. A Deso, somando o PDV e o desligamento de terceirizados, demitiu mais de 2 mil trabalhadores, enquanto a Iguá não conseguiu contratar nem perto desse número. Para piorar, as contratações da nova concessionária oferecem salários irrisórios, impactando negativamente a economia sergipana com água mais cara, desemprego e baixos níveis salariais.

Risco às Empresas Públicas

É fundamental destacar a **inaceitável atitude do Governo Federal**, que, através do **BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)**, virou as costas para os sergipanos ao financiar diretamente o processo de privatização da água. Essa decisão agrava ainda mais a situação, demonstrando um descompromisso com o bem-estar da população.

Sergipe está em **grave risco**. O empréstimo para o PDV não se restringe apenas à Deso; ele pode levar ao fim de diversas outras empresas públicas estaduais. Há uma autorização prévia dada pela Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese) que permite ao Governo Mitidieri avançar nesse desmonte. Empresas como **Coderse (Companhia de Desenvolvimento de**

Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe), Emdagro (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe), Emgetis (Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação), Codise (Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe) e Emsetur (Empresa Sergipana de Turismo) estão sob a mira do governador e de interesses privados, que visam locar mão de obra barata para o estado, criando uma massa de subempregos.

Um Modelo Perigoso para o Futuro de Sergipe

Este processo de privatização da água é um prenúncio do que o futuro nos reserva. Com a anuência do poder legislativo, o Governo tem aprovado verdadeiros "cheques em branco" que vão desde a privatização de patrimônios imateriais de Sergipe até a contração de vultosos empréstimos para a implementação de PDVs no estado.

É evidente que este governo está abrindo cada vez mais as portas do serviço público ao capital privado, sufocando-o, precarizando a economia de Sergipe com a criação de subempregos e a proliferação de "cabides eleitorais", além de intensificar a terceirização e a privatização dos nossos serviços essenciais.